

ESCRavidÃO VERSUS LIBERALISMO: A CONTRADITÓRIA SOCIEDADE BRASILEIRA NO TEATRO DE MARTINS PENA

Lucília Paula de Azevedo Ferreira (UFT)
Maria Perla Araújo Morais (UFT)

Resumo: Este trabalho se propõe analisar, na peça teatral de Martins Pena *Os dois ou o inglês maquinista*, a situação dos negros escravizados. São representadas na peça, em questão, as relações sociais, atitudes e costumes da sociedade brasileira no século XIX. Vê-se uma sociedade que explora a mão de obra escrava, se utiliza das autoridades para enriquecer a cadeia econômica da escravidão e considera natural esses procedimentos. Com isso, o interesse em obter vantagens ultrapassa os limites do discernimento e da política liberal implementada no Brasil no século XIX. De forma crítica, na peça, Martins Pena registra a convivência com o tráfico de escravos, numa época em que haviam ideais e leis contrárias a isso. No Brasil do século XIX a prática escravista perdurou devido aos lucros que se obtinham com a mão de obra. Graças à corrupção das leis, à falta de fiscalização e à prática de favores, o tráfico de escravos foi encoberto dos ingleses, que pressionavam para a extinção da escravidão. Verifica-se na peça esse cotidiano paradoxal, as mazelas da sociedade brasileira, as relações patriarcais, a ilegalidade do tráfico negreiro e a omissão do Estado. Em suas peças, sob a pena do humor, Martins Pena satiriza os projetos nacionais e a fragilidade do sistema político-social brasileiro do século XIX.

Palavras-chave: Sociedade escravocrata. Liberalismo e escravidão. Martins Pena. Teatro.

A sociedade brasileira do século XIX era sustentada pela diferenciação entre homens e mulheres, senhores e escravos e pobres e ricos. Em 1822, com a independência do Brasil, se finda a aliança política entre Brasil e Portugal. O Brasil, então, recebe grande influência econômica, social e cultural da Inglaterra, país financiador da independência. Desta forma, uma monarquia constitucional de base liberal é instaurada. Todavia, o modelo de produção agrária, exportador e escravista ainda vigora no país.

Com a independência do Brasil, o governo inglês passou a travar relações comerciais com o Brasil de forma direta, sem a intermediação de Portugal. Para isso,

consideraram que o país deveria libertar seus escravos. A intenção do governo inglês em acabar com a escravidão no Brasil apoiava-se em ideias humanitárias e religiosas em favor dos escravos, mas deixava entrever também os interesses financeiros.

Em 1826 estabeleceu-se um acordo com a Inglaterra em que o Brasil se comprometia a acabar com o comércio negreiro. Segundo Gilson Rambelli (s/d), por meio da lei regencial de 7 de novembro de 1831 tem-se a primeira proibição oficial do tráfico de escravos para o Brasil. Esta lei também conhecida como Lei Feijó, devido ao empenho do padre Diogo Antônio Feijó para a aprovação da lei, considerava livres, a partir da data de sua promulgação, todos os escravos desembarcados nas costas brasileiras. A clara manutenção dessa atividade ilegal não passou despercebida aos olhos ingleses que tinham consciência de tal desacordo. O tráfico de escravos africanos no Brasil formava uma cadeia econômica que envolvia a prestação de serviços entre os envolvidos e muitas autoridades e a sociedade.

A população brasileira do século XIX era composta, basicamente, por senhores, escravos e homens livres. Os ditos homens livres exerciam funções menores e de maneira informal. Assim, a classe senhorial composta por proprietários rurais escravistas com o apoio do Estado exercia, então, o domínio das demais camadas sociais.

O texto “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz apresenta explicações acerca da utilização do termo liberal no Brasil. A Europa, mesmo com os ideais liberais em vigor, encobria a exploração do trabalho. No Brasil imperava o fato impolítico da escravidão, pois a sociedade brasileira, ao manter os negros presos a um regime de escravidão, dissociava o uso do termo liberal ao que deveria ser em seus princípios enquanto prática de direitos e trabalho livre:

Sumariamente está montada uma comédia ideológica, diferente da européia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. (SCHWARZ, s/d, p. 151)

A ideologia liberal era interpretada pela classe dominante aos seus termos e contexto, se configurando, portanto, em um liberalismo às avessas. O liberalismo no

Brasil do século XIX se estendia apenas à classe senhorial e não aos subalternos. Os grupos escravizados continuavam sem direitos.

Portanto, para verificar a situação do negro na sociedade do século XIX, bem como pensarmos sobre esse liberalismo às avessas, analisaremos a peça teatral do comediógrafo brasileiro Martins Pena: *Os dois ou o inglês maquinista* (1871).

Luís Carlos Martins Pena nasceu no Rio de Janeiro em 1815 e faleceu, de tuberculose, aos 33 anos em 1848. Estudou arquitetura, pintura e cenografia na Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Escreveu comédias e trabalhou como crítico teatral para algumas publicações da época. Escreveu também folhetins sobre espetáculos de teatro e de ópera para o *Jornal do Comércio* (1846-47). Escreveu mais de trinta peças, entre 1833 e 1846.

A crítica considera Martins Pena como o fundador da comédia de costumes que tinha como finalidade a correção e aperfeiçoamento dos homens e da sociedade. Ademais, também o consideram como um dos principais representantes do teatro romântico por levar aos palcos brasileiros enredos com conteúdos nacionais, algo inovador para o teatro da época, que era constituído por traduções ou adaptações de composições estrangeiras.

Em *Os dois ou o inglês maquinista* (1871), vemos retratada de forma crítica a conivência com o tráfico de escravos nesta época. A peça foi publicada em 1871, mas escrita em 1840.

A peça que estreou em 1845 foi, em seguida, censurada pela Câmara dos Deputados por ser representado nesta um traficante de escravos, trabalho já ilegal na época devido ao acordo feito com a Inglaterra. Mas a permanência dessa prática era tratada como algo comum. O personagem, em questão, é denominado Negreiro. Portanto, o autor nos apresenta um olhar mais crítico a partir da nomeação deste personagem e também pelas reflexões do personagem Felício acerca de Negreiro: “[...] Ele é imensamente rico... Atropelando as leis, é verdade; mas que importa? [...]” (PENA, 2012, p. 12).

O personagem Negreiro evidencia a facilidade em burlar a lei de 1831, que previa que todo o africano que desembarcasse nas costas brasileiras seria livre: “Há por aí além uma costa tão longa e algumas autoridades tão condescendentes” (PENA, 2012, p. 11).

Todas as cenas se passam na sala de Clemência, mulher rica que acredita estar viúva, mas o marido retorna depois de dois anos. Sua filha Mariquinha recebe dois

pretendentes de caráter controverso: o traficante de escravos Negreiro e o inglês Gainer, sujeito oportunista que se diz inventor. O interesse de ambos se baseia no dote que viriam a receber. Mariquinha e seu primo Felício constituem o casal romântico da peça. Para ficarem juntos, Felício trama uma intriga entre Negreiro e Gainer. O pai de Mariquinha aparece e permite sua união com Felício.

O tema da escravidão tratado na peça recebe um tom mais crítico quando observamos as conversas de Felício com Negreiro. Nessas conversas, discute-se o momento histórico vivenciado pelo Brasil durante as medidas inglesas para o rompimento do Brasil com a prática escravista:

FELÍCIO - Sr. Negreiro, a quem pertence o brigue *Veloz Espadarte*, aprisionado ontem junto quase da Fortaleza de Santa Cruz pelo cruzeiro inglês, por ter ao seu bordo trezentos africanos?

NEGREIRO - A um pobre diabo que está quase maluco... Mas é bem feito, para não ser tolo. Quem é que neste tempo manda entrar pela barra um navio com semelhante carga? Só um pedaço de asno. Há por aí além uma costa tão longa e algumas autoridades tão condescendentes!... (PENA, 2012, p. 10-11)

Conscientes da resistência dos brasileiros quanto à proibição do tráfico de escravos e do não cumprimento dos acordos estabelecidos, o governo inglês aprisionava os navios com cargas ilegais para impedir os contrabandos de escravos. Os responsáveis pelas contravenções, para driblar as intervenções inglesas, tinham meios estabelecidos a partir da conivência de algumas autoridades, a complacência da sociedade e delimitavam as rotas marítimas que não estariam ao alcance dos ingleses.

Vê-se uma sociedade que explora a mão de obra escrava, se utiliza das prestações de serviços e das autoridades para enriquecer a cadeia econômica da escravidão e ainda considera naturais esses procedimentos:

CLEMÊNCIA – [...] A propósito, já lhe mostrei o meu meia-cara, que recebi ontem na Casa de Correção?

NEGREIRO - Pois recebeu um?

CLEMÊNCIA - Recebi, sim. Empenhei-me com minha comadre, minha comadre empenhou-se com a mulher do desembargador, a mulher do desembargador pediu ao marido, este pediu a um deputado, o deputado ao ministro e fui servida.

NEGREIRO - Oh, oh, chama-se isso transação! Oh, oh!

FELÍCIO - E minha tia precisava deste escravo, tendo já tantos?

CLEMÊNCIA - Tantos? Quanto mais, melhor. Ainda eu tomei um só. E os que tomam aos vinte e aos trinta? Deixa-te disso, rapaz. Venha vê-lo, sr. Negreiro. (*Saem*). (PENA, 2012, p. 11-12)

Verifica-se, a partir da fala de Clemência, o envolvimento da sociedade e das autoridades que, por meio da prestação de serviços, encobertavam a prática escravista para benefício de ambos. Clemência recebe Negreiro em sua casa como um amigo e pretendente de sua filha por ele ser rico, questão observada por Felício na peça:

FELÍCIO - Tão bela e tão sensível como és, seres a esposa de um homem para quem o dinheiro é tudo! Ah, não, ele terá ainda que lutar comigo! Se supõe que a fortuna que tem adquirido com o contrabando de africanos há de tudo vencer, engana-se! A inteligência e o ardil às vezes podem mais que a riqueza. (PENA, 2012, p. 12)

No Brasil do século XIX, a prática escravista demorou devido aos lucros que se obtinha com a mão de obra barata e, após sua proibição, o Brasil insistiu em mantê-la por meio da corrupção das leis que era facilitada pela falta de fiscalização e a prática de favores. Desta forma, encobrem o exercício do tráfico no Brasil aos olhos das leis inglesas. Vemos essas atitudes refletidas nas personagens da peça de Martins Pena como Negreiro, que era negociante de escravos novos e conhecia todos os meandros do ofício irregular de prática escravista e conversava com naturalidade sobre estas questões com as demais personagens.

Tendo em vista que a sociedade era marcada por interesses próprios, Clemência, como membro dessa sociedade, era conivente com a escravidão. Podemos observar tais atitudes quando a personagem se utiliza da prática do favor entre conhecidos e autoridades para obter mais um escravo e a forma como trata suas escravas.

Observa-se representadas na peça a naturalização da violência contra os escravos e a ideologia burguesa tratando a escravidão como algo normal:

CLEMÊNCIA - [...] (*Esta cena deve ser toda muito viva. Ouve-se dentro bulha como de louça que se quebra:*) O que é isto lá dentro? (*Voz, dentro:* Não é nada, não senhora.) Nada? O que é que se quebrou lá dentro? Negras! (*A voz, dentro:* Foi o cachorro.) Estas minhas negras!... Com licença. (*Clemência sai.*)

[...]

JOÃO DO AMARAL - É preciso ter paciência. (*Ouve-se dentro bulha como de bofetadas e chicotadas*) Aquela pagou caro...

EUFRÁSIA - Basta, comadre, perdoe por esta. (*Cessam as chicotadas.*) Estes nossos escravos fazem-nos criar cabelos brancos. (*Entra Clemência arranjando o lenço do pescoço e muito esfogueada.*)

CLEMÊNCIA - Os senhores desculpem, mas não se pode... (*Assenta-se e toma respiração*) Ora veja só! Foram aquelas desavergonhadas deixar mesmo na beira da mesa a salva com os copos para o cachorro dar com tudo no chão! Mas pagou-me! (PENA, 2012, p. 20-21)

Para marcar as cenas de violência, o barulho de louças se quebrando chama a atenção. As negras tentam evitar um possível castigo ao afirmarem que nada havia ocorrido. Todavia, Clemência não se abstém de seu papel de controle da vida e dos corpos de seus subordinados. As louças de Clemência teriam mais valor que as escravas. Seus sofrimentos eram insignificantes aos olhos de uma sociedade escravagista, como representada nesta peça.

Outro personagem presente na peça é o inglês Gainer, um especulador que se diz pobre. Defende que quer ajudar o Brasil com seus projetos descabidos como fazer açúcar a partir de osso e uma máquina que realiza trabalhos dos mais diversos e substitui cozinheiro, sapateiro, dentre outros ofícios. Felício, ao ouvir sobre os projetos de Gainer, não se deixa enganar, mas demonstra interesse como forma de verificar o quanto exageradas e improváveis são as ideias de Gainer:

FELÍCIO - Que prodígio! Estou maravilhado! Quando pretende fazer trabalhar a máquina?

GAINER - Conforme; falta ainda alguma dinheiro. Eu queria fazer uma empréstima. Se o senhor quer fazer seu capital render cinquenta por cento dá a mim para acabar a máquina, que trabalha depois por nossa conta.

FELÍCIO - *à parte* - Assim era eu tolo... (*Para Gainer:*) Não sabe quanto sinto não ter dinheiro disponível. Que bela ocasião de triplicar, quadruplicar, quintuplicar, que digo, centuplicar o meu capital em pouco! Ah!

GAINER - *à parte* - Destes tolas eu quero muito. (PENA, 2012, p. 22-23)

Observa-se, portanto, o objetivo do inglês era extrair dinheiro para si próprio enganando a população. Tanto Gainer quanto Negreiro tentam enriquecer de forma ilegal. As personagens poderiam representar este momento de disputa entre Brasil e Inglaterra em que ambos não queriam abrir mão de seus negócios. Mariquinha, portanto, seria o grande prêmio, pois viria acompanhada por um dote, por isso, Negreiro e Gainer a disputavam.

A proposta da classe senhorial no Brasil do século XIX alimentava um discurso excludente e de exploração dos demais grupos. Sobre a escravidão, por exemplo, se defendiam afirmando que o fim do sistema ocasionaria um colapso da economia do Brasil: “A propriedade escrava e, no seu bojo, o tráfico, passavam a ser, efetivamente, o eixo de uma economia que se montara na esteira da liberação dos portos e das franquias comerciais” (BOSI, s/d, p. 9). Desta forma, tem-se uma grande disparidade entre os ideais liberais da Europa e a sociedade brasileira, escravista e imperial, que temia, com as intervenções inglesas, o fim da escravidão.

Referências

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. *Estudos Avançados*. s/d. pp. 4-39.

PENA, Martins. *Os dois ou o inglês maquinista*: comédia em um ato. São Paulo: IBEP, 2012.

RAMBELLI, Gilson. Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática. *Navigator 4*, s/d.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. s/d. pp. 150-161.